



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
DIRECÇÃO NACIONAL DO TESOURO

Síntese do Encontro do Grupo de Trabalho de Orçamento

No dia 14 do corrente mês pelas 14:30 hrs horas realizou-se na sala 10 da DNT um encontro do Grupo de Trabalho de Orçamento constituído pela DNT, DNCP, DNO, DNPE, MPD, IGE e os PAP's. Este encontro visava avaliar os seguintes pontos:

- i) Análise do Relatório de Execução do Orçamento do Estado (REOE) de 2006 e indicadores QAD 2006;
- ii) Orçamento de Estado (OE) de 2007;
- iii) Conta Geral do Estado (CGE) e Tribunal Administrativo (TA) 2007;
- iv) Cenário Fiscal a Médio Prazo (CFMP) 2008/2010;
- v) Relatório sobre a visita provincial e,
- vi) Próximo encontro.

1. Análise do REOE de 2006 (e indicadores QAD 2006)

Sobre o REOE, dos encontros decorridos entre os PAP's e sectores, concluiu-se que em geral houve um desempenho positivo e a apresentação dos dados melhorou.

Indicadores QAD

- O indicador 26 (o 65%) foi atingido ao base da informação no REOE 2006 (65.1%, 54% na Educação e Saúde).
- Levantou-se a questão dos quadros 10 e 11, que apesar de serem úteis não continham informação necessária para avaliar o desempenho no indicador 27, pois a taxa de execução deveria focalizar-se apenas nos bens e serviços. Em resposta a esta questão, sugeriu-se que fosse produzido um quadro específico relacionado

com bens e serviços dos sectores prioritários e não prioritários, a ser apresentado no próximo encontro.

- Igualmente um quadro específico para indicador 28 (execução provincial). Nesta área questionou-se também sobre os critérios usados na distribuição dos orçamentos pelas províncias, distritos e municípios. Não tendo sido esclarecido, recomendou-se a produção de informação dos critérios usados na distribuição do orçamento, execução de receitas e despesas nas unidades acima referenciadas e posterior entrega aos Doadores.
- Quanto as receitas próprias: aumentaram, mas para avaliar indicador 29 e preciso uma tabela adicional identificando todas receitas próprias incluídas no OE 2007. Quanto a orçamentação e execução das receitas próprias, prevê-se um crescimento muito grande mas esta inclusão vai ser gradual. Ao nível da justiça apesar de não aparecerem em nenhum momento nas receitas próprias, neste momento, há um trabalho em curso de inclusão das receitas no OE (orçamento e execução)
- Finalmente, o indicador 30 foi atingido, os fundos comuns FASE, Prosaude, Proagri e ASAS entraram na CUT.

Outros assuntos:

- No que diz respeito as transferências para os municípios, questionou-se o porquê da tendência decrescente dos fundos. Esta queda, verifica-se porque há uma tendência de crescimento na colecta de receitas a nível dos municípios. Informação adicional é necessária sobre as exigências legais nos termos de artigo 40 da lei 11/97 das Finanças Autarquias (transferencia mínima de 1.5% das receitas fiscais). Também é necessária uma tabela que identifique o total das despesas por autarquia (não só agregado por província) e o total das receitas próprias previstas das autarquias.
- As alterações ao orçamento verificadas, notabilizou-se execuções superiores ao programado devido ao facto dos sectores estarem a juntar os fundos *off-budgets* e os orçamentados. Neste ponto recomenda-se que os sectores trabalhem no sentido no futuro usar uma única fonte de informação para o orçamento (a base de dados ODAMoz).
- A gestão dos pagamentos atrasados e dívidas continua na agenda. Há uma vontade do Governo em liquidar as referidas dívidas. Nos sectores das infraestructuras as dívidas já diminuíram e a orçamentação destas despesas melhorou. O e-Sistafe facilitou uma melhora gestão do orçamento e por isso foi possível redistribuir fundos

na componente interna de investimento. Permanece importante uma maior articulação entre o MoF e os sectores no que se refere a execução da componente interna, mas a comunicação já melhorou em 2006. Contudo, o assunto da IVA e das dívidas foi sugerido para uma discussão na parte final da Revisão Conjunta, incluindo perspectivas de mudança da política dos doadores (incluir impostos e IVA no financiamento e não exige uma comparticipação dos fundos internos).

- O FASE foi pela primeira vez incluído no OE em 2006. Quanto aos saldos, os sectores tem que devolver os fundos e informar MoF dos compromissos já assumidos (despesas por pagar por conta de ano anterior, nos termos de artigo 31 da Lei de e-Sistafe). O saldo depois pagamento destes compromissos fica com a Tesouraria para execução do novo orçamento. Para uns fundos comuns actualmente o procedimento é diferente. Os saldos finais, depois pagamento dos compromissos do ano anterior, serão replicados para o sector.
- No que respeita ao défice existente no Prosaude 2006, trata-se de um compromisso entre o MISAU e os parceiros que ainda não tem consequências pelo orçamento. O DNT está informado e vai seguir o assunto.

2. Orçamento 2007

A nível de receitas aparece o total de donativos e créditos. Sugere-se uma tabela que indique os compromissos estabelecidos com os respectivos Doadores e os montantes a serem disponibilizados. Isto para que haja uma clareza por parte da A.R e outros interessados e uma melhor apreciação por a nível superior. Também foi sugerido para a DNO tomar uma decisão sobre a inclusão no OE2007 fundos externos adicionais à base da informação actualizada fornecida pelos parceiros.

3. CFMP 2008-10

O processo de preparação do CFMP iniciou em finais do ano passado, com o lançamento da Metodologia para a Preparação do CFMP. Na mesma altura foi constituído o Grupo de Trabalho, que inclui técnicos do Ministério da Planificação e Desenvolvimento e das Finanças. Durante o mês de Dezembro a Equipe Técnica esteve disponível aos sectores para esclarecimento de eventuais dúvidas na Metodologia do CFMP. Porque se trata de um processo que inclui algumas mudanças importantes na organização da informação, nomeadamente a abordagem por “serviços” justificava-se um grau de dificuldade maior na formulação das propostas.

O prazo inicial de recepção das propostas dos sectores foi prorrogado de 28 de Fevereiro para 05 de Março. Foi igualmente realçado que as duas semanas seguintes estão reservadas a análise das propostas dos sectores, sendo que neste processo serão convidados alguns sectores para fundamentarem as respectivas propostas perante um painel (membros da Equipe Técnica e outros convidados). Foi realçado que o processo de preparação do CFMP em curso apresenta mudanças qualitativas de assinalar, incluindo o forte envolvimento dos sectores. Aos parceiros de cooperação uma nota de apreço pelo envio atempado de uma tabela com valores indicativos de apoio ao Governo de Moçambique para os anos 2008-2009, peça fundamental para o exercício. Em Abril será publicado o primeiro draft para comentários das partes relevantes. O CFMP deverá ser aprovado nas datas previstas (antes de 31 de Maio), para o lançamento dos limites para o OE 2008.

A equipe do CFMP deu notas positivas sobre a qualidade das propostas de alguns sectores, embora outros sejam mais fracas. Realizar um equilíbrio melhor na distribuição dos fundos pelas diferentes províncias e distritos também faz parte do CFMP.

4. Visitas Provinciais

O objectivo das missões era discutir aspectos da descentralização e gestão das finanças públicas e como estes afectam a prestação de serviços ao nível provincial, distrital e local. Os grupos estavam formados por membros do MPD, MF, MAE e parceiros do grupo dos economistas, de descentralização, educação, saúde, SISTAFE e reforma do sector público.

A avaliação geral do processo de descentralização é positiva apesar das dificuldades existentes. Não obstante, ainda continuam a existir alguns desafios nomeadamente:

- Adaptação do sistema SISTAFE;
- O SISTAFE tem lacunas no nível de pagamentos a níveis provincial e distrital devido a carência de Bancos;
- Falta de capacitação a nível distrital;
- Alto nível de execução o que implica crescimento do nível de dotação;
- Dificuldades a nível de procurement por falta de capacitação e
- Desníveis na planificação.

Os grupos sugerem continuar com o acompanhamento conjunto do funcionamento das IPCC, o *roll-out* do SISTAFE, a criação de capacidade a nível distrital, o impacto dos OILL no desenvolvimento local, a auditoria, a coordenação nos processos de planificação e a implementação do regulamento de *procurement*.

5. Próximo encontro

O Grupo sugeriu um encontro para o dia 23/03/2007 as 09:00 com a seguinte agenda:

- Conta Geral do Estado (CGE) 2005 e Tribunal Administrativo (TA) 2005;
- Avaliação dos PAP's
- Finalização do ponto nr. 1 da agenda
- Discussão do esboço do relatório do grupo.

Maputo, Março de 2007